

A DINÂMICA SOCIOESPACIAL DOS MUNICÍPIOS

LINDEIROS AO LAGO DE ITAIPU

Vânia Dirley GRAFF

Mestre em Geografia pela Universidade Estadual do Oeste do Paraná (Unioeste)/Campus de Marechal Cândido Rondon.

E-mail: vaniadirley@hotmail.com

RESUMO: O presente trabalho tem como objetivo analisar a urbanização dos municípios da região Lindeira ao Lago de Itaipu, localizada no Oeste do Estado do Paraná, por meio de suas dinâmicas socioespaciais, estabelecidas a partir da construção da Hidrelétrica da Itaipu. O levantamento e interpretação dos dados econômicos demonstrou que os municípios apresentam diferentes ritmos de desenvolvimento econômico e muitos deles carecem de infraestrutura urbana. Em outras palavras, ao passo que alguns municípios apresentam setores econômicos altamente diversificados e representativos, outros, em contraposição, carecem de maior dinamismo econômico. A respeito do levantamento de dados, recorreu-se a informações do IBGE, Iparde, materiais informativos de jornais, revistas locais e endereços eletrônicos de órgãos institucionais e governamentais. Às conclusões obtidas, demonstram que os municípios carecem de um maior envolvimento político regional, os quais buscam maior integração que possibilite diminuir tais diferenças.

Palavras-chave: dinâmica socioeconômica, urbanização, aglomerados subnormais

ABSTRACT: This study aims to analyze the urbanization of cities of the region surrounding Itaipu Lake, located in the West of Paraná State, through its socio-spatial dynamics, established from the construction of Itaipu Hydroelectric Power Plant. The survey and interpretation of economic data showed that the cities have different rates of economic development and many of them lack of urban infrastructure. In other words, while some cities have economic sectors highly diversified and representative, others, in contrast, require greater economic dynamism. Regarding the collection of data about the object of this study, information from IBGE, Iparde, informational materials to newspapers, local magazines, and electronic addresses institutional and governmental bodies. The conclusions obtained show that the municipalities lack a major regional political involvement, which seek greater integration that enables reduce such differences.

Keywords: socio-economic dynamics, urbanization, shantytown

INTRODUÇÃO

Os municípios da região Lindeira ao Lago de Itaipu¹, apresentam ritmos de urbanização diferenciados, fator este que se expressa por meio de uma dinâmica socioespacial própria de cada um, sob os diferentes níveis e aspectos de desenvolvimento econômico. São municípios jovens, em sua maioria, muitos sofreram o processo de desmembramento de outros municípios, cuja data de instalação ocorreu na década de 1990, o que implica em uma população pequena, na carência de infraestrutura e serviços, e se traduz na necessidade do deslocamento da população para municípios próximos. O presente trabalho tem como objetivo analisar a urbanização dos municípios da região Lindeira ao Lago de Itaipu, localizada no Oeste do Estado do Paraná, por meio de suas dinâmicas socioespaciais, estabelecidas a partir da construção da Hidrelétrica da Itaipu.

A construção da Hidroelétrica de Itaipu Binacional, a partir de 1970, e a conseqüente formação do Lago de Itaipu, promoveram um rearranjo espacial e novas formas de organização deste espaço através de novos ordenamentos políticos e administrativos, sobretudo, em vista do recebimento de *royalties* e do incentivo à busca de novas formas de atividades e sustentação econômica (SOUZA, 2009).

Antes da formação do lago, a área era composta por oito municípios (Foz do Iguaçu, Santa Terezinha de Itaipu, São Miguel do Iguaçu, Medianeira, Santa Helena, Marechal Cândido Rondon, Terra Roxa e Guaíra). Posteriormente, tendo em vista a melhor capacidade de alocar os recursos disponíveis, criaram-se melhores possibilidades de desenvolvimento econômico e social após a construção da Hidroelétrica de Itaipu, e novos municípios foram instituídos: Entre Rios do Oeste, Mercedes, Pato Bragado e Quatro Pontes se desmembraram de Marechal Cândido Rondon. São José das Palmeiras se desmembrou de Santa Helena, Diamante D' Oeste de Matelândia e Itaipulândia de São Miguel do Iguaçu.

A relevância deste período de intensas transformações que contribuíram nos processos de formação urbana e construção deste espaço regional justifica o recorte temporal do presente objeto de pesquisa.

O texto está estruturado da seguinte maneira: além desta breve introdução, os aspectos demográficos e econômicos trazem informações sobre a dinâmica socioespacial e o nível de

desenvolvimento econômico de cada município, as políticas habitacionais revelam aspectos relativos a infraestrutura urbana e as ações sociais do Estado frente as responsabilidades sociais.

ASPECTOS DEMOGRÁFICOS

O crescimento populacional dos municípios do Paraná se configurou nas últimas décadas em espacialidades de concentração e desconcentração. De um lado, criou aglomerações de municípios cada vez mais populosos, com crescimento elevado e contínuo e, por outro, gerou grande número de municípios que apresentam contínuo decréscimo populacional. .

A situação apontada no Paraná, onde muitos municípios perdem população, também pode ser observada em alguns dos municípios limítrofes ao Lago de Itaipu. Município com 3.831 habitantes, conforme o censo de 2010, São José das Palmeiras vem perdendo população progressivamente. Conforme dados dos censos demográficos do IBGE, desde a década de 1991 até 2010, o município diminuiu em mais de 40% sua população.

Moura (2009, p. 22) ressalta que os pequenos municípios têm uma dinâmica bastante reduzida, “entre os 332 com menos de 25 mil habitantes em 2007, apenas 86 tiveram crescimento positivo nos períodos 1991-2000 e 2000-2007, e 38 perdiam população no primeiro e passaram a crescer no segundo”.

Este é o caso do município de Diamante D’Oeste, município com população atual de 5.027 habitantes, que, durante a década de 1990, diminuiu sua população em mais de 48%, retomando seu crescimento em pouco menos de 3% em 2010, conforme censo do IBGE.

Esta característica se dá devido à falta de atrativos em alguns municípios, os quais carecem de elementos que possam garantir melhores perspectivas para o desenvolvimento social e econômico de seus moradores. Diante disso, estes preferem migrar para outros lugares, na busca de novas oportunidades, de maneira que possam usufruir de melhores perspectivas de acesso ao trabalho, à educação, à cultura, dentre outros aspectos.

Moura (2009, p. 24) assim relata:

salvo pequenos municípios inseridos nas dinâmicas das aglomerações urbanas os demais não vêm manifestados sinais de que possuem atrativos a novos moradores ou de que contemplam as exigências dos vários segmentos da própria população residente, que migra em busca de oportunidades.

O município de Terra Roxa também se deparou com grande êxodo populacional e estagnou economicamente. “...Tendo sido a agricultura local duramente atingida pela modernização agrícola que a região vivenciava na época, Terra Roxa se vê empobrecendo e perdendo sua população em razão desse processo” (ALVES; SOUZA; WILLERS, 2010, p. 6).

Conforme o IBGE, a análise dos dados populacionais do município de Terra Roxa, referente aos censos de 1970 e 2010, verifica-se um decréscimo populacional em mais de 43% neste período, fator que reflete grande estagnação populacional e econômica.

Contudo, cabe ressaltar que, nas últimas décadas, o município tem retomado seu crescimento econômico devido ao surgimento de um novo ramo de atividade industrial, de confecções de roupas infantis e bordados (ALVES; SOUZA; WILLERS, 2010).

A mercê da análise de dados sobre o crescimento populacional das cidades brasileiras, as pesquisas demonstram que o país manteve a dinâmica de concentração populacional nas aglomerações metropolitanas, desconstruindo a hipótese de que as cidades médias estariam ocupando esta posição.

Pesquisadores do Observatório das Metrópoles (2011), a partir dos dados do Censo de 2010, analisaram:

o trabalho mostra, a partir do recorte espacial das Áreas de Concentração da População (ACPs), que o país manteve sua dinâmica de concentração populacional nas aglomerações metropolitanas, desconstruindo assim a hipótese de que as metrópoles estariam perdendo o ímpeto de crescimento e cedendo espaço para as ‘cidades médias’.

Neste sentido, a análise do censo demográfico de 2010, do IBGE, revela que, no município de Foz do Iguaçu, esta situação também se reflete. A população desta cidade manteve-se, praticamente, estável ao longo da década de 2010, reduzindo-se em menos 1%.

Segundo o Observatório das Metrópoles, a perda populacional de Foz do Iguaçu contraria o processo de elevado crescimento de décadas anteriores. A perda populacional pode estar sendo compensada pelo elevado crescimento de seus municípios vizinhos, “Itaipulândia que cresce a taxa de 2,82% a.a. - quarta maior taxa do Paraná – e Santa Terezinha de Itaipu

(1,27% a.a.) ambos, ao que tudo indica, desempenhando a função de absorvedores do crescimento periférico do polo”.

Castro Neto (2012) assevera que foram várias as tentativas, no Paraná, para harmonizar seu território com políticas inclusivas nos últimos 50 anos. Contudo, muitas destas políticas, quando executadas com sucesso não tinham continuidade.

Para o autor, a análise do cenário de crescimento metropolitano, especialmente do Núcleo Urbano Central (NUC), representado pela cidade de Curitiba e seus municípios contíguos, congrega 2,5 milhões de pessoas, apontando onde está centrado o progresso paranaense.

Castro Neto (2012) menciona informações do IBGE em que o crescimento da população paranaense, com base no último período censitário, entre 2000 e 2010, foi de pouco mais de 880 mil pessoas, sendo que o crescimento populacional do NUC foi de 385 mil habitantes. Quase a metade (43,7%) do crescimento demográfico paranaense ocorreu nos 14 municípios do NUC e, ainda, o incremento populacional maior (18,7%) ocorreu em Curitiba.

ASPECTOS ECONÔMICOS

O valor dos bens e serviços produzidos em determinada região é representado por meio do Produto Interno Bruto (PIB). Ele representa a soma em valores monetários destes bens e serviços durante um período, sendo calculado a partir dos rendimentos de fatores produtivos, correspondendo às remunerações do trabalho, somado ao excedente bruto de exportações e aos impostos.

Ao analisar a região dos municípios limieiros ao Lago de Itaipu, em um conjunto, ela possui satisfatória representatividade econômica regional, fato que se justifica na análise da média regional do PIB per Capita², cujo valor é inferior em apenas 1% na comparação média do PIB per Capita do Estado do Paraná.

O município de Foz do Iguaçu concentra 56% da população e 66% da renda regional, perfazendo um PIB per capita 16% maior do que o do Paraná e 17% maior do que o da região.

A análise individual de cada um dos municípios revela diferenças com relação ao PIB per capita, configurando diferentes representatividades econômicas com relação à média do Paraná. Muitos municípios influenciam, subtraindo representatividade na média do PIB per

capita regional, quando incluídos nas médias com municípios de maior expressão, como Foz do Iguaçu (16%) e Marechal Cândido Rondon (6%), conforme a tabela 1.

Tabela 1 – PIB e Pib per capita a preços correntes 2009.

Município	Pib a preços correntes (R\$1.000,00)	População	Pib per capita	PIB per capita do município	
				X PR	X Região Lindeira
Diamante do Oeste	43.356	5,129	8,453	-52%	-52%
Entre Rios do Oeste	64.456	4.113	15.671	-12%	-11%
Foz do Iguaçu	6.702.200	325.144	20.613	+16%	+17%
Guaíra	327.709	29.665	11.047	-37%	-37%
Itaipulândia	109.911	9.349	11.765	-33%	-33%
Marechal C. Rondon	890.871	47.049	18.935	+6%	+8%
Medianeira	637.894	39.855	16.005	-10%	-9%
Mercedes	76.282	4.902	15.561	-12%	-11%
Missal	124.092	10.759	11.533	-35%	-34%
Pato Bragado	54.276	4.947	10.971	-38%	-37%
Santa Helena	287.766	24.198	11.892	-33%	-32%
Santa Terezinha de Itaipu	254.993	20.539	12.415	-30%	-29%
São José das Palmeiras	33.570	3.942	8.516	-52%	-51%
São Miguel do Iguaçu	452.660	26.451	17.113	-3%	-2%
Terra Roxa	257.026	16.733	15.360	-13%	-12%
Total da Região C. Oeste	10.060.293	572.775	17.564	-1%	0%
Paraná	189.991.954	10.686.312	17.779	0%	+1%

Fonte: Iparde – 2009 (org. Vânia Dirley Graff).

Dessa maneira, observam-se percentagens negativas bastante altas em alguns municípios com relação à média do Paraná, como é o caso de Diamante D’ Oeste (-52%) e São José das Palmeiras (-52%), fator este relacionado a uma menor dinâmica de atividades e menor inserção nos fluxos financeiros em comparação aos demais.

Sobretudo, a representatividade regional do PIB é devida à característica econômica de alguns municípios, cujos setores econômicos são altamente diversificados e representativos, como no caso do município de Foz do Iguaçu, que apresenta grande diversidade na prestação de serviços devido à sua posição estratégica frente à tríplice fronteira e à sua representatividade turística, congregando aspectos expressivos que identificam a dimensão de sua presença na globalização econômica.

Como exemplos desta expressividade, pode-se destacar alguns elementos de forte projeção econômica como a Usina Hidroelétrica de Itaipu e as Cataratas do Iguaçu, elementos estes significativos e inseridos em um contexto econômico e turístico que se utiliza de grande aparato físico, de informação e de tecnologia.

Outro fator de destaque, em Foz do Iguaçu é a grande representatividade do valor econômico produzido pelo ramo industrial, o qual é superior ao dos demais municípios.³

Para Roseira (2006), Foz do Iguaçu é uma importante cidade rede na América do Sul, sendo o maior centro urbano da Tríplice Fronteira. A polarização regional é exercida pelo conjunto de suas atividades turísticas e pelo fato de congregar elementos que permitem integração territorial continental, pois se situa num dos principais núcleos logísticos do Mercosul, tendo o poder de concentrar e dispersar um conjunto de atividades legais ou ilegais.

Rede de hotelaria, grande presença de serviços financeiros bancários, a presença do Aeroporto Internacional Cataratas de Foz do Iguaçu e a presença da rodovia 277 que conecta as principais cidades do Estado, são exemplos de elementos que justificam e fortalecem a economia local e remetem a sua capacidade de inserção nos fluxos e redes, estabelecendo relações com diversas partes do Brasil e do mundo.

Também merece destaque quanto ao PIB o município de Marechal Cândido Rondon, cujo valor é superior em (6%) na comparação à média do Paraná, conforme análise de valores do PIB 2009.

O município se destaca economicamente através de um forte segmento industrial do ramo alimentício através de suas agroindústrias, as quais industrializam 70% da matéria-prima gerada pelo setor agrícola, bem como oferecem grande número de empregos neste segmento. (FROEHLICH, 2011, p.34).

Ademais o município se destaca fortemente no setor comercial e de serviços.

No entanto, a pouca representatividade no número de habitantes e o PIB negativo em alguns municípios demonstram uma economia mais estagnada e menos diversificada. Embora o grau de urbanização em percentagem populacional seja maior que cinquenta por cento na maioria dos municípios, com exceção do município de Mercedes (48,3%), a análise das bases produtivas expressas no PIB revelam uma menor dinâmica urbana, configurando um grau de urbanização menos expressivo.

Políticas de investimento centralizadas fazem com que as cidades maiores acabem por receber maior contingente populacional, abarcando maiores possibilidades de desenvolver problemas sociais.

POLÍTICAS HABITACIONAIS

Preocupado com o desenvolvimento econômico e deficiente de ações sociais, o Estado se faz ineficiente para com as responsabilidades sociais. O resultado desta prática são as grandes desigualdades sociais, o aumento da pobreza, a fome e a falta de moradia.

Esses problemas se acentuam nas cidades maiores, cujos recursos disponíveis são insuficientes para atender as demandas. O alto preço do solo urbano e dos aluguéis, nas cidades maiores, bem como a baixa renda de muitos, têm sido a causa das grandes desigualdades sociais e o estímulo à formação de áreas desprovidas de planejamento, como os aglomerados subnormais.

A pobreza é uma preocupação mundial. Dentre os temas abordados pela Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável, no Rio+20, em 2012, a fome no mundo foi destaque. No entanto, a falta de ações em solucionar o problema demonstra a gravidade do assunto, que carece de atenções mais concretas pelos diversos líderes e governos.

Conforme Davis (2006), o crescimento das grandes cidades é impulsionada pela reprodução da pobreza, e não pela oferta de empregos. As cidades colhem o resultado da crise agrária mundial. O Terceiro Mundo apresenta uma realidade diferente de tempos atrás, em que as cidades industriais utilizavam-se do uso intensivo de capital e o campo do uso extensivo de mão-de-obra. Atualmente, o campo se utiliza do uso intensivo de capital e cidades industrializadas do uso intensivo de mão-de-obra. “As cidades apesar do crescimento econômico estagnado ou negativo e sem o necessário investimento em nova infra-estrutura, instalações educacionais e sistemas de saúde públicas, simplesmente colheram o produto da crise agrária mundial” (DAVIS, 2006, p. 26).

A política neoliberal desamparou a sociedade, instituindo o aumento das desigualdades sociais através de um quadro de instabilidade perante as incertezas do mercado de trabalho. A baixa remuneração, associada aos custos dos componentes necessários à vida urbana, perfazem uma realidade excludente que limita o acesso à vida urbana, fazendo emergir as periferias e a ampliação dos problemas sociais.

Um estudo do IparDES (2008), referente a dados de 2000, apontou que, no Oeste do Estado, existiam 18 municípios nos quais mais de 1/3 de suas famílias residentes se encontrava em situação de pobreza. “Paradoxalmente, alguns destes municípios se agregam àqueles com maiores IDH-M, no eixo Cascavel/Marechal Cândido Rondon (dinâmico em termos econômicos) ou entre municípios lindeiros.” (IPARDES, 2008, p. 25).

O IparDES (2008, p.25) classificou os municípios do Oeste de acordo com suas melhores ou piores posições do Estado, em 2000, e segundo indicadores selecionados como: “IDH-M, Renda per capita abaixo de 1/2 SM (%), Taxa de alfabetização (15 anos e mais), Taxa bruta de frequência à escola, Coeficiente de mortalidade infantil, Esperança de vida ao nascer, Taxa de pobreza, Déficit habitacional relativo”.

Como síntese do perfil sociodemográfico, o Oeste do Estado engloba poucos municípios classificados como socialmente críticos, mas as condições sociais desse conjunto são bastante heterogêneas. “Enquanto muitos municípios se colocaram mais de uma vez entre os 10% em melhores condições do Estado, segundo indicadores selecionados, outros, também, por mais de uma vez, incluíram-se entre os 10% em situação mais crítica do Estado” (IPARDES, 2008, p. 27).

Dentre os municípios Lindeiros com melhores posições, perante os dados do IparDES de 2000, destacaram-se, em ordem de melhor posição: Marechal Cândido Rondon, Entre Rios, Mercedes, Pato Bragado, Medianeira, Santa Helena e Foz do Iguaçu. No entanto, dentre os municípios com piores posições estão os municípios de Diamante D’Oeste e São José das Palmeiras.

Outro aspecto relevante é que, em proporções distintas, os municípios são beneficiados pelo repasse de royalties, fato que contribui no desempenho dos municípios. Os municípios de Diamante do Oeste e São José das Palmeiras estão entre os municípios que recebem menores valores de repasse em comparação a outros.⁴

Entre os municípios que se posicionaram em condições deficitárias, em 2000, “muitos se avizinham aos polos regionais, fazendo parte de aglomerações urbanas, confirmando a

convivência entre condições de relevância econômica e institucional e condições sociais críticas”. (IPARDES 2008, p. 28).

Outro fator apontado na pesquisa foi que os centros maiores concentravam, também, os maiores volumes de déficit habitacional e famílias pobres, “fato diretamente relacionado ao crescimento econômico e à concentração urbana vivenciada pela região nas últimas três décadas, desacompanhados de políticas sociais compatíveis”. (IPARDES, 2008, p. 28)

Segundo dados do Censo de 2010, do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), pouco mais de nove mil famílias vivem na extrema miséria na região Oeste do Paraná. Isto significa que cada membro da família é obrigado a passar o mês com R\$ 70,00 nesse período, o que representa R\$ 1,5 por dia (BARROS,2011).

Estas pessoas representam as que não têm emprego e estão fora dos programas de governo de transferência de renda, como Bolsa Família e Vale Gás. A maior parte dessas pessoas vive em habitações precárias e metade nas três cidades mais populosas da região. O município de Foz do Iguaçu é o que mais concentra famílias nesta situação, 2.796 domicílios não possuem qualquer forma de renda. As famílias que vivem em condição precária, somadas, representam 3% das famílias dos 52 municípios da região Oeste (BARROS, 2011).

O município de Entre Rios do Oeste, em números proporcionais, apresenta a situação mais confortável, com apenas três famílias em situação de risco. Já no município de Guaíra, a situação é inversa, com 319 domicílios nesta situação, quase 5% do total (BARROS, 2011).

Fome e falta de moradia são questões interligadas, que traduzem necessidades básicas importantes para viabilizar condições para vida em sociedade. Foz do Iguaçu está na lista do IBGE como município que possui favelas. Das 80 mil residências, 1,8 mil estão em 10 favelas. Ao total, 6,4 mil pessoas vivem nesses locais, ou seja, mais de 2,5% dos habitantes⁵.

O IBGE utiliza o conceito de aglomerado subnormal para abarcar a diversidade de assentamentos irregulares existentes no país, como as denominadas favelas, termo mais comumente utilizado⁶.

No Censo de 2010, o IBGE adotou inovações operacionais com o objetivo de melhor identificar os aglomerados através de imagens de satélite de alta resolução e levantamentos morfológicos das áreas⁷.

O Manual de Delimitação dos Setores do Censo 2010 classifica como aglomerado subnormal:

cada conjunto constituído de, no mínimo, 51 unidades habitacionais carentes, em sua maioria, de serviços públicos essenciais, ocupando ou tendo ocupado, até período recente, terreno de propriedade alheia (pública ou particular) e estando dispostas, em geral, de forma desordenada e densa.

A identificação de um aglomerado subnormal atende aos seguintes critérios:

a) Ocupação ilegal da terra, ou seja, construção em terrenos de propriedade alheia (pública ou particular) no momento atual ou em período recente (obtenção do título de propriedade do terreno há dez anos ou menos); e b) Possuírem urbanização fora dos padrões vigentes (refletido por vias de circulação estreitas e de alinhamento irregular, lotes de tamanhos e formas desiguais e construções não regularizadas por órgãos públicos) **ou** precariedade na oferta de serviços públicos essenciais (abastecimento de água, esgotamento sanitário, coleta de lixo e fornecimento de energia elétrica)⁸. [grifo do autor]

A urbanização fora de planejamento e de padrões vigentes resulta de políticas públicas ineficientes, cujas preocupações estão centradas no desenvolvimento econômico. A falta de maior harmonia entre as cidades, advindas de desequilíbrios em infraestrutura urbana, são elementos que colaboram nesta ineficiência.

Sem melhores perspectivas em cidades menores, muitos preferem migrar para as médias e grandes, agravando o quadro dos problemas sociais. Como exemplo, tem-se o caso do município de Foz do Iguaçu, cuja formação de aglomerados subnormais teve estímulo nas intensas migrações decorrentes do processo de construção da Usina de Itaipu, a qual trouxe uma superpopulação à cidade, que não contava com uma política populacional adequada.

As migrações foram estimuladas, principalmente, por um forte discurso que enaltecia a construção de Itaipu e fazia referência ao número de trabalhadores, moradia, escolas, dentre outros elementos que enalteciam sua infraestrutura. Diante deste fato, muitos vislumbraram melhores possibilidades para concretização de suas aspirações e o emprego determinava esta condição (MANARIN, 2008).

Ao término da construção da usina como num processo natural, maior parte dos trabalhadores foi dispensada, ficando desempregada (MANARIN, 2008).

Receptadora de grande contingente migratório devido à construção da Hidrelétrica de Itaipu e sem uma política habitacional adequada, Foz do Iguaçu configura-se como exemplo marcante desta situação, cuja política social é ineficiente para resolver os problemas criados.

Conforme o Ipardes (2008), em 2000, a região Oeste possuía 12% do déficit habitacional do Estado, o que significam 20,3 mil moradias, ou seja, 6,47% do total dos

domicílios apresentavam alguma precariedade, ou abrigavam mais de uma família. Mais de 50% do déficit é oriundo de apenas três municípios: Foz do Iguaçu (4.806), Cascavel (4.137) e Toledo (1.555), correspondendo aos mais populosos da região Oeste do Estado.

Diante dos alarmantes obstáculos a serem superados para que a vida urbana possa ser usufruída com dignidade, o Estatuto da Cidade configura-se como um conjunto de instrumentos que objetivam garantir o direito à cidade, um direito fundamental da pessoa humana, também propõe auxiliar no acesso às oportunidades que a vida urbana oferece, diminuindo as desigualdades sociais. Trata-se de uma lei construída com a participação ativa dos movimentos da sociedade civil que lutam pela reforma urbana. “O “Estatuto da Cidade” é a denominação oficial da Lei 10.257, de 10 de julho de 2001, que regulamenta o capítulo "Política Urbana" da Constituição Federal, detalhando e desenvolvendo os artigos 182 e 183”⁹.

O crescimento desordenado das grandes cidades trouxe uma profunda desigualdade, fazendo emergir, simultaneamente, áreas planejadas, dotadas de infraestrutura de serviços com um padrão de vida adequado às necessidades atuais, e áreas precárias, desenvolvidas fora do planejamento original e desprovidas de condições para o atendimento das necessidades mais básicas de seus moradores.

Tais deficiências tem provocado o agravamento do quadro de exclusão social, tornando mais evidentes a marginalização e a violência urbana, causando grande apreensão a população das cidades.

Rodrigues, em seu texto *Direito à Cidade e o Estatuto da Cidade* (2005), relata que a ênfase dos movimentos sociais tem sido garantir o direito à vida e o acesso a todos os moradores à cidade. Neste sentido, alguns artigos expressos no estatuto manifestam estas intenções, como o que reconhece o direito ao usucapião urbano ou, ainda, o que estabelece limites à especulação imobiliária.

A autora reconhece que a existência do estatuto não resolve e nem elimina os conflitos, mas traz à tona e reconhece as deficiências da maioria da população diante da falta de acesso às oportunidades que a vida urbana oferece.

Conforme Rodrigues (2005, p. 92), o estatuto define, também, novos padrões e normas de planejamento urbano e critérios para elaboração de Plano Diretor:

para os municípios com população urbana superior a 20.000 habitantes, para os integrantes de regiões metropolitanas e

aglomerações urbanas, para os localizados em área de especial interesse turístico, para os que forem atingidos por impacto ambiental de âmbito regional e nacional relacionados a implantação de empreendimentos e atividades econômicas, públicos e/ou privados, independente da dimensão da população.

É importante salientar, seguindo Rodrigues (2005, p.92), que “mantêm-se, no estatuto, as normas capitalistas da propriedade da terra urbana (edificadas ou não), a renda individual obtida na produção social da cidade. O estatuto impõe, contudo, limites à especulação imobiliária”. Este garante, assim, instrumentos jurídicos e participativos que permitam tomar providências para que as propriedades cumpram sua função social em prol do bem estar dos cidadãos.

Para Rodrigues (2005), existe certa virtualidade na forma de pensar os espaços urbanos, no sentido de que os instrumentos contidos no Estatuto da Cidade acabam por apresentar muitas contradições. Destarte, muitos o identificam como um projeto utópico. Um exemplo desta utopia seria o fato de que o Plano Diretor deve abranger todo o município e, no entanto, utiliza como critério a extensão urbana. O Plano Diretor é obrigatório aos municípios que têm população superior a 20.000 habitantes “na área urbana”, fato que indicaria uma utopia espacial. Outro exemplo de conflito é o limite administrativo de municípios que não corresponde, necessariamente, com outras formas de planejamento, como as atividades econômicas que definem suas estratégias pelas possibilidades financeiras. O Plano Diretor é também é omissivo em relação ao planejamento integrado de regiões metropolitanas, aglomerações urbanas e consórcios municipais, o que o caracteriza como municipalista, pois permanece na esfera municipal, impossibilitando analisar a dinâmica espacial em sua complexidade.

A elaboração de um Plano Diretor se efetiva através de um planejamento no qual se prevê a necessidade de conhecer e detalhar a realidade atual do município. A leitura e análise deste cenário atual fornecem parâmetros e dados para o planejamento de diretrizes e metas que conduzirão para as futuras ações.

As diferenças regionais, identificadas pela análise da dinâmica populacional e dos indicadores socioeconômicos dos municípios Lindeiros ao lago de Itaipu, revelaram grandes divergências e desigualdades. Tal análise denotou a carência de planejamento integrado e de metas que proporcionem maior eficiência na superação das desigualdades regionais.

Os Planos Diretores Municipais dos municípios Lindeiros, apontam a necessidade de se promover maior articulação entre os municípios.¹⁰ Contudo, a elaboração de metas comuns

com planejamento integrado se efetiva de forma bastante tímida. A integração consiste, fundamentalmente, do fato dessa região ser formada por municípios lindeiros ao lago de Itaipu, considerada como de relevante interesse turístico, além de ser prioritária para investimentos nessa atividade.

Destarte, conforme as iniciativas dos órgãos representativos da região Oeste do Paraná, de forma integrada, através de consórcios municipais, já estão se organizando e elaborando planos para obter recursos federais para a área de saúde e saneamento ambiental, contudo, as experiências associativas poderiam ser ampliadas aos mais diversos setores.

Metas comuns necessitam de planejamento integrado para melhor eficiência de ações e investimentos. Elas devem possibilitar melhor equilíbrio regional na busca de soluções conjuntas para as mais diversas necessidades, elevando, acima de tudo, as oportunidades e o nível de renda dos trabalhadores urbanos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A região dos Municípios Lindeiros apresenta ritmos de urbanização diferenciados entre os municípios, fator este que se expressa por meio de uma dinâmica socioespacial própria de cada município, sob os diferentes ritmos de desenvolvimento econômico.

Cada município apresenta sua própria configuração territorial e ritmo de crescimento urbano, sendo que o levantamento e interpretação dos dados demonstram que esta urbanização, em alguns casos, não está acompanhada de uma satisfatória infraestrutura urbana.

A região apresenta forte representatividade econômica diante do Estado do Paraná, fator que se traduz na quantificação da percentagem do PIB com relação à média do PIB per capita do Paraná, sendo que a maior concentração de renda revela-se no município de Foz do Iguaçu, o que é resultante de seu perfil econômico, que advém, sobremaneira, de seu polo turístico e da atração de investimentos. Esta realidade se opõe a alguns municípios que apresentam economia mais estagnada e menos diversificada, como, por exemplo, o caso o município de São José das Palmeiras e de Diamante do Oeste, que possuem o menor número de estabelecimentos por setor econômico, fator que coincide com a pouca representatividade do PIB quando comparado à média do Paraná nestes municípios.

O município de São José das Palmeiras, conforme análise dos últimos censos configura-se como o município que mais perde população, enquanto consequência da falta de atrativos e da carência de elementos que possam garantir melhores perspectivas para o desenvolvimento social e econômico de seus moradores.

É acentuada a divergência econômica e social entre os municípios que carecem de um maior envolvimento político regional, os quais buscam maior integração que possibilite diminuir tais diferenças.

Um dos instrumentos utilizados para estabelecer as diretrizes urbanas municipais, constitui-se nos Planos Diretores Municipais. Estes se configuram como instrumentos importantes para a implantação de ações e políticas que visam o desenvolvimento integrado e apontam para a necessidade de maior articulação entre os municípios.

Diante desta perspectiva de constante perda populacional em municípios com número já reduzido de habitantes, se faz importante incentivar a permanência da população nestes locais. A superação deste desafio somente se fará possível mediante políticas públicas regionais e ações que objetivem melhores condições para o desenvolvimento social e econômico de seus moradores, diminuindo, desta forma, as mazelas dos efeitos concentradores e permitindo que a população participe mais ativamente dos recursos públicos disponíveis.

NOTAS

¹ A região lindeira é composta por municípios que possuem como aspecto peculiar a presença do lago de Itaipu, resultante da formação da Hidrelétrica Binacional de Itaipu.

² Os valores dos bens e serviços produzidos em determinada região são representados por meio do PIB (Produto Interno Bruto). O PIB Per Capita representa a divisão do Total do PIB pela população residente.

³ *Valor Adicionado Bruto a Preços Básicos e Segundo o Ramo de Atividades-2010*. Disponível em: <www.ipardes.gov.br>. Acesso em: 13 fev. 2013. Dados disponíveis em <www.ipardes.gov.br> Acesso em 23 de Maio de 2013.

⁴ *Royalties*. Disponível em www.iaipu.gov.br Acesso em 17 de janeiro de 2013.

⁵ *Censo Demográfico 2010. Aglomerados Subnormais*. Primeiros Resultados. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/censo2010/aglomerados_subnormais/agsn2010.pdf>. Acesso em: 15 jan. 2013.

⁶ Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Disponível em: <www.ibge.gov.br>. Acesso em: 11 jan. 2013.

⁷ Censo de 2010 Aprimorou a Identificação dos Aglomerados Subnormais. Disponível em: <<http://saladeimprensa.ibge.gov.br/noticias?view=noticia&id=1&busca=1&idnoticia=2051>>. Acesso em: 11 jan. 2013a.

⁸ Censo de 2010 Aprimorou a Identificação dos Aglomerados Subnormais. Disponível em: <<http://saladeimprensa.ibge.gov.br/noticias?view=noticia&id=1&busca=1&idnoticia=2051>>. Acesso em: 11 jan. 2013b

⁹ Estatuto da Cidade. Disponível em: <<http://www.senado.gov.br/senado/programas/estatutodacidade/oquee.htm>>. Acesso em: 15 jan. 2013.

¹⁰ Plano Diretor de Marechal Cândido Rondon. Disponível em: <www.mcr.pr.gov.br/planodiretor>. Acesso em: 07 fev. 2013.

REFERÊNCIAS

AGLOMERADOS SUBNORMAIS PRIMEIRO RESULTADO CENSO DEMOGRÁFICO 2010. Disponível em: http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/censo2010/aglomerados_subnormais/agsn2010.pdf>. Disponível em: 15 jan. 2013

ALVES, Lucir Reinaldo; SOUZA, Edson Belo Clemente; WILLERS, Ednilse Maria. Dinâmicas territoriais no município de Terra Roxa-PR (1970-2007). *Interações*. Campo Grande, 2010, v. 11, n. 1, p. 71-80.

BARROS, Luciano. Extrema miséria afeta nove mil famílias: Essa é a quantidade de famílias da região Oeste que sobrevive com menos de um real e meio por dia, diz IBGE. *Jornal O Paraná*, Linha da Pobreza, p.B10, 16 de jun. de 2011.

CASTRO NETO, Vicente Ferreira de. Paraná: políticas urbanas, metropolização e humanização das cidades – visão sob o enfoque territorial. *Revista Paranaense de Desenvolvimento*. Curitiba, 2012, p.123-145.

CENSO DEMOGRÁFICO 1980. Disponível em: <www.ibge.gov.br>. Acesso em: 03 ago. 2011.

CENSO DEMOGRÁFICO 2010. AGLOMERADOS SUBNORMAIS. PRIMEIROS RESULTADOS. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/censo2010/aglomerados_subnormais/agsn2010.pdf>. Acesso em: 15 jan. 2013b.

CENSOS DEMOGRÁFICOS 1991/2000/2010. Disponível em: <www.ibge.gov.br>. Acesso em: 03 ago. 2011.

CONCEITO DE AGLOMERADO SUBNORMAL. Disponível em: <www.ibge.gov.br>. Acesso em: 11 jan. 2013.

DAVIS, Mike. *Planeta Favela*. São Paulo: Boitempo, 2006.

ESTATUTO DA CIDADE. Disponível em: <http://www.senado.gov.br/senado/programas/estatutodacidade/oquee.htm >. Acesso em: 15 jan. 2013.

FROEHLICH, Moacir. Maior Parque Agroindustrial. In *Revista Indústria*. Mai.2011.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE. Disponível em: <www.ibge.gov.br>. Acesso em: 15 out. 2011.

MANARIN, O. *Peões da barragem: memórias e relações de trabalho dos operários da construção da Hidrelétrica de Itaipu 1975 a 1991*. 2008, 147 f. (Dissertação de Mestrado em História) - Centro de Ciências Humanas e Letras, Universidade Estadual do Oeste do Paraná, Marechal Cândido Rondon, 2008.

MOURA, Rosa. Qual o papel dos pequenos municípios na escala do desenvolvimento. In *Pequenas cidades e desenvolvimento local*. UEM, Maringá: FGE, 2009, p.15-40.

OBSERVATÓRIO DAS METRÓPOLES. Disponível em: <www.observatoriodasmetropoles.net>. Acesso em: 19 mar. 2012.

OS VÁRIOS PARANÁS OESTE PARANAENSE: O 3º ESPAÇO RELEVANTE. ESPECIFICIDADES E DIVERSIDADES. Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social – IPARDES, Curitiba, 2008.

PIB E PIB PER CAPITA A PREÇOS CORRENTES 2009. Disponível em: <www.ipardes.gov.br.> Acesso em: 13 jan. 2012.

PLANO DIRETOR DE MARECHAL CÂNDIDO RONDON – 2007. Disponível em: <www.mcr.pr.gov/planodiretor>. Acesso em: 23 fev. 2012.

REPASSE DOS ROYALTIES. Disponível em: <www.Itaipu.gov.br>. Acesso em: 01 mar. 2013.

RODRIGUES, Arlete Moysés. Direito à Cidade e o Estatuto da Cidade. *Revista Cidades*. v.2, n.3, 2005, p. 89-110.

ROZEIRA, A. M. Foz do Iguaçu: *Cidade rede Sul-Americana. Foz do Iguaçu, como a mais importante cidade da trílice fronteira, possui um conjunto de características que remetem a*

condição geopolítica contemporânea. 2006, 170 f. (Dissertação de Mestrado) - Faculdade de Filosofia Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo. São Paulo, 2006.

SOUZA, Edson Belo Clemente. *A (re)produção da região do Lago de Itaipu*. Cascavel-PR: Edunioeste, 2009.

Artigo recebido em outubro de 2013 e aceito para publicação em fevereiro de 2014.